INFORME RIG

Relações Institucionais e Governamentais

AGENDA DA SEMANA

CONGRESSO NACIONAL
SEMANA 14/06 A 18/06



Sistema CNDL

CNDL FCDL CDL CDL Jovem SPC BRASIL



CENÁRIO

A semana passada foi marcada com a agenda do setor de comércio e serviço e do Sebrae junto ao Presidente da República em Brasília, com a deliberação de temas de interesse do setor, em especial, as medidas governamentais de socorro adotadas para enfrentamento da pandemia. No final de semana, por sua vez, diferente da semana retrasada, teve manifestação dos apoiadores do governo, com a realização da "motociata" que contou com a presença do Presidente Jair Bolsonaro, no Estado de São Paulo.

Essa semana começa com a expectativa de votação da Medida Provisória da desestatização da Eletrobrás (MPV 1031/2021) no Senado Federal. Há pressão dos grandes consumidores para a retirada de modificações feitas pela Câmara dos Deputados, que podem aumentar a conta de energia, ao invés de levar à redução prometida com o texto inicial da medida.

Além disso, o Senado dá o primeiro passo nos projetos da Reforma Tributária que foram divididos entre as casas, com a inclusão na pauta de quinta-feira do PL 4728/2020, chamado de Passaporte Tributário, que deverá trazer um novo mecanismo de financiamento de dívidas de pessoas físicas e jurídicas com o fisco. Também está na pauta a MPV 1034/2021, que aumenta a alíquota da CSLL sobre instituições financeiras e faz alterações nos benefícios para aquisição de veículos por pessoas com deficiência e no REIQ.

Na CPI da Pandemia, a discussão se vira para os estados, com a oitiva do ex-secretário de saúde do Amazonas, Marcellus Campelo, nesta terça-feira. Até o momento esta é a única reunião agendada pelo colegiado nesta semana.

Na Câmara dos Deputados, a pauta do plenário a expectativa é de que os deputados se concentrem na votação da MPV 1040/2020, de melhoria do ambiente de negócios.



Além disso, a Câmara segue na discussão da reforma eleitoral e do voto impresso, medidas que para terem validade nas eleições de 2022 precisam ser votadas até outubro deste ano nas duas casas.

PAUTA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

TERÇA-FEIRA (15)

13h - COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (CCJC)

PL 1026/2021- do Sr. Vinicius Carvalho - que "determina que o índice de correção dos contratos de locação residencial e comercial não poderá ser superior ao índice oficial de inflação do País – IPCA". (Apensados: PL 1255/2021, PL 1447/2021 e PL 1538/2021) Explicação: Altera a Lei nº 8.245, de 1991.
RELATOR: Deputado EDUARDO CURY.
PARECER: a proferir.
Posicionamento: Favorável ao Projeto

PL 537/2019 - do Sr. Baleia Rossi - que "dispõe sobre o Estatuto Profissional dos Trabalhadores Celetistas em Cooperativas, e dá outras providências"
RELATOR: Deputado FELIPE FRANCISCHINI.
PARECER: pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.
Posicionamento: Contra o Parecer e o Projeto

9h30 - COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO (CTASP)

REQ 63/2021 CTASP - dos Srs. Rogério Correia e Erika Kokay - que "requer a criação de Subcomissão Especial para avaliar as condições de trabalho no Brasil durante a pandemia de Covid-19".
Posicionamento: Acompanhar

PL 2863/2020 - do Sr. Laercio Oliveira - que "altera o Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para autorizar, dentre outros, o parcelamento de débitos em execuções trabalhistas durante o período de estado de calamidade e enfrentamento de emergência de saúde pública decretado em razão do Covid-19, bem como nos dezoito meses subsequentes à data do término do referido período.
RELATOR: Deputado AUGUSTO COUTINHO.
PARECER: pela aprovação, com Substitutivo.
Posicionamento: Favorável ao Parecer

PL 8303/2017 - do Sr. André Figueiredo - que "suprime o art. 442-B da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943". (Apensados: PL 11153/2018 e PL 2755/2019.
RELATORA: Deputada FLÁVIA MORAIS.
PARECER: pela aprovação deste e do Projeto de Lei nº 2.755/19, apensado, com Substitutivo, e pela rejeição do Projeto de Lei nº 11.153/18, apensado.
Posicionamento: Contrário ao Parecer; Contrário ao Projeto

PL 953/2019 -do Sr. Jose Mario Schreiner - que "altera a Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, estabelecendo casos e condições em que a omissão de resposta a manifestações de particulares por parte da Administração Pública constitui direitos subjetivos em favor dos interessados, e dá outras providências".
RELATOR: Deputado KIM KATAGUIRI.
PARECER: pela aprovação, com substitutivo.
Posicionamento: Favorável ao Parecer

PL 4043/2019--do Sr. Alexis Fonteyne - que "altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para facultar aos estabelecimentos comerciais e de prestação de serviços a forma de disponibilização de versão atualizada do Código de

Defesa do Consumidor ao consumidor e dá outras providências". (Apensados: PL 4109/2019 e PL 5358/2019)
RELATOR: Deputado TIAGO MITRAUD.
PARECER: pela aprovação deste e dos PLs NºS 4.109/2019 e 5358/2019, apensados, com substitutivo.
Posicionamento: Favorável ao Parecer

QUARTA-FEIRA (16)

09h - COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO (CFT)

AUDIÊNCIA PÚBLICA
Tema: Os impactos provenientes do Projeto de Lei Complementar nº 5 de 2021 que prorroga os benefícios fiscais sobre o ICMS ao Comércio até 2032.

Convidados:
- WELLINGTON DIAS, Governador do Estado do Piaui
- CLÁUDIO CASTRO, Governador do Estado do Estado do Rio de Janeiro
- ROMEU ZEMA, Governador do Estado do Estado de Minas Gerais
- RENATO CASAGRANDE, Governador do Estado do Espírito Santo
- MAURO CARLESSE, Governador do Estado de Tocantins
- IBANEIS ROCHA, Governador do Estado do Distrito Federal
- JOÃO DÓRIA, Governador do Estado de São Paulo
- JOÃO MARTINS DA SILVA JUNIOR, Presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil - CNA

9h - COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA (CSSF)

PL 4347/1998 - do Sr. Walter Pinheiro - que "estabelece diretrizes para uma política de prevenção e defesa dos

trabalhadores, em relação aos trabalhos com movimentos repetitivos, e dá outras providências". (Apensados: PL 1897/1999, PL 3319/2000 e PL 6213/2005 (Apensado: PL 317/2007)) Explicação: Define as lesões por esforços repetitivos - LER ou DORT.
RELATORA: Deputada REJANE DIAS.
PARECER: pela aprovação deste, do PL 1897/1999, do PL 3319/2000, do PL 6213/2005, e do PL 317/2007, apensados, na forma do Substitutivo 1 da CTASP.
Posicionamento: Contrário ao Parecer e ao Projeto

PL 4865/2016 - do Sr. Diego Andrade - que "altera o Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho - para dispor sobre a possibilidade do menor trabalhar no mesmo local de seus pais ou responsáveis legais".
RELATOR: Deputado MARX BELTRÃO.
PARECER: pela aprovação, com substitutivo.
Posicionamento: Favorável ao Parecer

PL 5618/2019 - do Sr. Mário Heringer - que "altera o art. 8º da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, para determinar que a Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA proceda a regulamentação, controle e fiscalização das embalagens e rótulos dos produtos que menciona, e dá outras providências".
RELATORA: Deputada FLÁVIA MORAIS.
PARECER: pela aprovação, com substitutivo.
Posicionamento: Favorável ao Parecer

PL 64/2007 - Do dep. Vanderlei Macris (PSDB/SP), que cria o Índice Nacional de Responsabilidade Social (INRS) e o Cadastro Nacional de Inadimplentes Sociais (CNIS).
Relator: dep. Jorge Solla (PT/BA), pela rejeição.
Posicionamento: acompanhar

13h - COMISSÃO DE COMISSÃO DE DES. ECONÔMICO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS (CDEICS)



PL 6881/2017 - do Sr. Ricardo Izar e outros - que "proíbe o uso de fogos de artifício com estampido".
RELATOR: Deputado GLAUSTIN DA FOKUS.
PARECER: pela aprovação deste, com Substitutivo.
Orientação: Contrário ao Parecer e ao Projeto

PL 3911/2020 - do Sr. Samuel Moreira - que "possibilita a concessão de linha de crédito no âmbito do PRONAMPE, do PEAC e do PESE para pagamento de tributos, inclusive vencidos, e débitos inscritos em dívida ativa". Explicação: Altera a Lei nº 13.999 de 2020.
RELATOR: Deputado OTTO ALENCAR FILHO.
PARECER: pela rejeição
Orientação: Favorável ao Parecer pela rejeição

PL 1018/2020 - do Sr. Alencar Santana Braga e outros - que "suspende a cobrança dos pagamentos em contratos particulares vigentes“.
RELATOR: Deputado OTTO ALENCAR FILHO.
PARECER: pela rejeição deste.
Orientação: Favorável ao Projeto / Contrário ao Parecer pela rejeição

PL 2303/2019 - do Sr. Hiran Gonçalves - que "proíbe a comercialização de lentes oftálmicas sem as especificações fixadas na legislação sanitária e de normalização metrológica correlata".
RELATOR: Deputado LAERCIO OLIVEIRA.
PARECER: Parecer às emendas apresentadas ao Substitutivo do Relator, Dep. Laercio Oliveira (PP-SE), pela aprovação deste, com substitutivo, e pela rejeição da Emenda ao Substitutivo.
Orientação: Favoráveis ao Parecer do Relator

PL 1523/2015 – do Sr. Eli Corrêa Filho - que "altera o art.

980-A da Lei 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), que trata da Empresa Individual de Responsabilidade Limitada (EIRELI)".
RELATOR: Deputado GUIGA PEIXOTO.
PARECER: pela aprovação deste e da Emenda 1/2015 da CDEICS.
Orientação: Favorável ao Projeto / Favorável ao Parecer

PL 11186/2018 - do Sr. Felipe Carreras - que "acrescenta dispositivo ao art. 33 da Lei 12.305, de 2 de agosto de 2010, para dispor sobre o descarte de medicamentos de uso humano ou de uso veterinário" (Apensados: PL 545/2019, PL 1261/2019, PL 1134/2019 (Apensado: PL 4134/2020 (Apensado: PL 5020/2020)) e PL 4453/2019)
RELATOR: Deputado GENINHO ZULIANI.
PARECER: pela aprovação deste, da Emenda 1/2019 apresentada na CDEICS, e do PL 545/2019, do PL 1134/2019, do PL 1261/2019, do PL 4453/2019, do PL 4134/2020, e do PL 5020/2020, apensados, com Substitutivo.
Orientação: Contrários ao Projeto / Contrários ao Parecer

PL 478/2020 - do Sr. Denis Bezerra - que "proíbe a destruição de produtos não perecíveis não comercializados ou devolvidos pelo consumidor".
RELATOR: Deputado MARCO BERTAIOLLI.
PARECER: pela aprovação.
Orientação: Contrários ao Projeto / Contrários ao Parecer

PL 5931/2019 - do Sr. Nereu Crispim - que "altera o art. 899 da Consolidação das Leis do Trabalho, proporcionando isenção do valor do depósito recursal aos empregadores domésticos, microempreendedores individuais e microempresas".
RELATOR: Deputado GLAUSTIN DA FOKUS.
PARECER: pela aprovação.
Orientação: Favoráveis ao Projeto / Favoráveis ao Parecer



PL 4622/2019 - do Sr. Pedro Augusto Bezerra - que "dispõe sobre o formato das moedas metálicas colocadas em circulação no País".
RELATOR: Deputado GLAUSTIN DA FOKUS.
PARECER: pela rejeição.

PL 4473/2019 - do Sr. Fabio Schiochet - que "dispõe sobre a regulamentação e funcionamento dos escritórios compartilhados em todo território nacional". (Apensado: PL 65/2020)
RELATOR: Deputado GENINHO ZULIANI.
PARECER: pela aprovação deste, e do PL 65/2020, apensado, com substitutivo.
Orientação: A Favor do Parecer e do Projeto

PL 4393/2020 - do Sr. Osires Damaso - que "altera as Leis nos 10.637, de 30 de dezembro de 2002, e 10.833, de 29 de dezembro de 2003, para criar benefícios para as empresas que contratem planos privados de assistência à saúde para seus empregados". Explicação: Revoga o Decreto-lei 2.047, de 1988.
RELATOR: Deputado GENINHO ZULIANI.
RELATOR: Deputado OTTO ALENCAR FILHO.
PARECER: pela rejeição.
Orientação: A Favor do do Projeto; Contra o Parecer

PL 4944/2020 - da Sra. Luisa Canziani - que "altera a Lei do Bem – Lei nº 11.196, de 2005, para permitir que o excedente do percentual dos dispêndios com pesquisa tecnológica excluído do lucro líquido das empresas possa ser aproveitado em exercícios subsequentes, e dá outras providências".
RELATOR: Deputado GENINHO ZULIANI.
PARECER: pela aprovação, com Substitutivo
Orientação: A Favor do Parecer e do Projeto

PL 4054/2020 - Do dep. Walter Alves (MDB/RN), dispõe sobre a segregação, em função do porte do beneficiário, dos recursos a serem concedidos em operações de crédito no âmbito de programas governamentais criados durante a vigência do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, e dá outras providências.
Relator: dep. Geninho Zuliani (DEM/SP), pela rejeição.
Posicionamento: acompanhar.

QUINTA-FEIRA

9h - COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR (CDC)

REQ 34/2021 CDC - do Sr. Vinicius Carvalho - (PL 533/2019) - que "requer a realização de reunião de audiência pública para debater o substitutivo oferecido ao Projeto de Lei nº 533, de 2019, que acrescenta o parágrafo único ao artigo 17 e § 3º ao artigo 491, ambos do Código de Processo Civil".
Posicionamento: Favorável ao Requerimento

PL 4316/2019 - do Senado Federal - Rodrigo Cunha - que "altera a Lei n° 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), para incluir, entre as sanções administrativas, a obrigação de dar, fazer ou não fazer".
RELATOR: Deputado PEDRO VILELA.
PARECER: pela aprovação.
Orientação: Contrário ao parecer do relator; Contrário ao projeto

PL 2524/2019 - Do dep. Luiz Philippe de Orleans e Bragança (PSL/SP), que altera a Lei nº12.414, de 9 de junho de 2011, para vedar que instituições financeiras controlem, direta ou indiretamente, gestores de bancos de dados com informações

de adimplemento, de pessoas naturais ou de pessoas jurídicas.
Relator: dep. Celso Russomanno (REPUBLIC/SP), pela aprovação, com emendas.
Posicionamento: acompanhar

PL 3500/2019
Do dep. Altineu Côrtes (PL/RJ), que altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para vedar a cobrança de juros e demais encargos em dívidas inscritas em Sistemas de Proteção ao Crédito.
Relator: dep. Celina Leão (PP/DF), pela aprovação.
Posicionamento: contrário

PL 5159/2016 - do Sr. Lincoln Portela - que "acrescenta parágrafo único ao art. 70 da Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, para obrigar os estabelecimentos sujeitos à vigilância sanitária a afixarem, em local visível ao público, o número telefônico da autoridade sanitária".
RELATOR: Deputado FÁBIO RAMALHO, pela rejeição.
Orientação: Contrário ao parecer do relator; Contrário ao projeto.

PL 738/2020 - do Sr. Gil Cutrim - que "acrescenta dispositivo aos arts. 56 e 76 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código do Consumidor) para alterar a sanção aplicada às infrações das normas de defesa do consumidor e incluir os casos de epidemia, pandemia e calamidade pública".
RELATOR: Deputado CELSO RUSSOMANNO.
PARECER: pela aprovação do PL 738, de 2020, com substitutivo.
Orientação: Contrário ao parecer do relator; Contrário ao projeto.

PL 2710/2020 - **-** do Sr. Domingos Sávio - que "dispõe sobre a obrigatoriedade da aceitação do Real por meio eletrônico, seja

pela utilização de instrumentos de pagamento, ou de transferência bancária em qualquer de suas modalidades". Explicação: Altera a Lei nº 9.069, de 1995.
RELATOR: Deputado CELSO RUSSOMANNO.
PARECER: pela aprovação, com emenda.
Orientação: Favorável ao Parecer

PL 4608/2020 - do Sr. João Maia - que "altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para dispor sobre o prazo de validade dos produtos comercializados pela rede mundial de computadores (internet)".
RELATOR: Deputado JORGE BRAZ.
PARECER: pela aprovação.
Orientação: Contrário ao parecer do relator; Contrário ao projeto

15h - PLENÁRIO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS | DELIBERATIVA

MPV 1040/2021 - Dispõe sobre a facilitação para abertura de empresas, a proteção de acionistas minoritários, a facilitação do comércio exterior, o Sistema Integrado de Recuperação de Ativos, as cobranças realizadas pelos conselhos profissionais, a profissão de tradutor e intérprete público, a obtenção de eletricidade e a prescrição intercorrente na Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil.
Autor: do Poder Executivo
Relator: Marco Bertaiolli
Parecer: pela aprovação.
Posicionamento: favorável

PAUTA DO SENADO FEDERAL

Na semana anterior, os líderes se reuniram e deliberaram a respeito da semana do esforço concentrado em junho para a votação de indicações de autoridades, que deverá acontecer entre 08/6 e 02/7.



A previsão de pauta para a semana é a seguinte:

QUINTA-FEIRA (17)

PL 4728/2020 - reabre o prazo de adesão ao Programa Especial de Regularização Tributária (PERT), de que trata a Lei nº 13.496, de 2017, e ajusta os seus prazos e modalidades de pagamento.
Autor: Senador Rodrigo Pacheco (DEM/MG)
Relator: Sen. Fernando Bezerra Coelho (MDB/PE).
Parecer: não publicado
Posicionamento: a definir conforme o parecer.

RIG | Relações Institucionais e Governamentais

CNDL FCDL CDL CDL Jovem SPC BRASIL

AGENDA DA SEMANA

ESTADOS
SEMANA 14/06 A 18/06





AGENDA LEGISLATIVA

AMAPÁ

PL 37/2021 (Suspensão do protesto/covid-19) - *Dispõe sobre a suspensão, por 90 dias, de realização de novos pedidos de protesto cartorários dos débitos inscritos em dívida ativa, tributária ou não, no âmbito do Estado do Amapá.*

Situação: Promulgado com veto parcial. Aguarda entrada na CCJ.

CEARÁ

PL 41/2019 (Proteção de dados pessoais - Administração pública) **-** *Suplementa no Ceará a que dispõe sobre a proteção de dados pessoais e da privacidade no âmbito da administração pública direta e indireta no Estado e dá outras providências.*

Situação: Aprovado parecer contrário na CCJ. Aguarda período recursal do autor para envio ao arquivo.

MINAS GERAIS

PL 167/2015 (Recusa de crédito) - *Obriga as instituições comerciais, financeiras, bancos, agências de crédito ou similares, a fornecerem por escrito o motivo de indeferimento de crédito ao consumidor e dá outras providências.*

Situação: Redesignado relator o dep. Bruno Engler (PRTB) na CCJ. Aguarda elaboração do voto

PL 863/2019 (Certificado digital) - *Institui a Declaração Estadual de Direitos de Liberdade Econômica, estabelece normas para atos de liberação de atividade econômica e a análise de impacto regulatório e dá outras providências.*

Situação: Designado João Magalhães (MDB), como relator na C. de Adm. Pública. Aguarda elaboração do voto.



PERNAMBUCO

PL 1.891/2021 (Banco de dados), - Altera a o Código Estadual de Defesa do Consumidor, a fim de assegurar o direito ao sigilo de informações constantes nos cadastros e bancos de dados de consumidores e de serviços de proteção ao crédito ou outros congêneres, para as vítimas de violência doméstica e familiar.

Situação: Designado João Paulo (PCdoB), como relator na Comissão de Cidadania, Direitos Humanos e Participação Popular. Aguarda elaboração do voto.

ESPÍRITO SANTO

PL 217/2021 - Estabelece, no Estado no Espírito Santo, que na cobrança de dívidas os respectivos valores deverão ser apresentados aos consumidores de forma clara e detalhada, na forma que especifica.

Autor: Luiz Durão (PDT)

Situação: Encaminhado ao Executivo no dia 10/06, prazo para sanção ou veto até 01/07.

DISTRITO FEDERAL

PLENÁRIO - 15/06 | 15h

Item 33, para **discussão única** do **veto total** ao **PLC 37/2020** (Suspensão da negativação / covid-19)

NOVAS PROPOSIÇÕES

GOIÁS

❖ **PL 328/2021 (**Utilities/Cobrança (Covid/19)) - *Determina a suspensão do corte dos serviços de fornecimento de água e de energia elétrica, por parte das empresas concessionárias, aos consumidores inadimplentes, enquanto perdurar o período de calamidade pública provocado pela pandemia da COVID-19 no Estado de Goiás.*

Autor: Alysson Lima (SOLIDARIEDADE)

Situação: Protocolado.



MATO GROSSO DO SUL

PL 166/2021 - *Obriga a omissão parcial dos dados pessoais de consumidores em documentos ou cartas de cobrança de serviços e dá outras providências.*

Autor: Marçal Filho (PSDB)

Situação: Em período de pauta.

RIG | Relações Institucionais e Governamentais

CNDL FCDL CDL CDL Jovem SPC BRASIL

INFORMAÇÕES

André Pellizzaro
(11) 3549 6800 ramal 8885

Bianca Robles
(11) 3549 6800 ramal 6277 | (11) 98257-4403

Karoline Lima Santos Pereira
(61) 3213 2000 ramal 2095 | (11) 98819-0387

Marco Antônio Corradi
(61) 3213 2000 | (37) 98405-1313

E-mails: rig@spcbrasil.org.br | rig@cndl.org.br

Com informações da Câmara e Senado Federal. Consultorias Vector, Action e Radar Governamental.



INFORME RIG

Relações Institucionais e Governamentais

CNDL FCDL Sistema CNDL CDL CDL Jovem SPC BRASIL

